SUJEITO E PODER EM FOUCAULT: DISPOSITIVOS DISCIPLINARES

Marilia Rios Ribas (PIBIC/CNPQ/UEPG), Daniel de Oliveira Gomes (Orientador), e-mail: setepratas@hotmail.com.

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de Estudos da Linguagem.

Letras – Teoria da Literatura

Palavras-chave: Foucault, sujeito, poder, saber, disciplina, escola, normalidade

Resumo

Este projeto de pesquisa foca-se na articulação entre algumas questões sobre sujeito e poder levantadas por Michel Foucault e a instituição escolar. Sendo ela das instituições tomadas por Foucault como ponto de partida para a análise dos dispositivos disciplinares, o objetivo deste trabalho é verificar como a escola está inserida na teia de relações de poder. Partindo do pressuposto de que é na intersecção entre saber e poder que o sujeito é forjado, a escola tem papel de destaque nos processos de seleção da normalidade. Sendo a própria normalidade um construto social, a escola exerce o poder de definir o que é considerado normal ou anormal, e é dela que depende a inclusão ou exclusão daqueles que não se encaixam na norma. Embora partamos de uma postura crítica, este trabalho não tem como foco uma tentativa de dar um veredito final no que diz respeito à instituição escolar. Não nos interessa classificar a escola como essencialmente nociva ou positiva, tampouco apresentar uma solução definitiva para os problemas educacionais brasileiros, mas antes pensar nos diversos papéis que a escola assume e identificar até que ponto ela colabora nos processos de exclusão social.

Introdução

Este projeto de pesquisa foca-se na articulação entre algumas questões referentes a sujeito e poder levantadas por Michel Foucault e a instituição escolar. Nas suas considerações sobre o poder, Foucault faz uso da genealogia, que é “o conjunto de pesquisas que busca redescobrir as lutas e as memórias brutas dos combates, no acoplamento entre saber erudito e o saber desqualificado” (FOUCAULT apud EIZIRIK, 2002, p. 59). Estudando a genealogia do poder, Foucault identifica os processos de disciplinamento e repensa o conceito de poder. Estabelece que “o que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT apud EIZIRIK, 2002, p. 60). E com isso desfaz a noção tradicional de poder, na qual ele representa uma distribuição desigual: uns o têm, e para que o tenham, outros devem ser privados dele. Poder, portanto, não é uma posse, é uma prática. Para Foucault o poder se estabelece como a existência de correlações de forças múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos, nas instituições, servindo de suporte para grandes efeitos de clivagem que percorrem o conjunto do corpo social (FOUCAULT apud EIZIRIK, 2002, p. 65). Dessa forma, o conceito de poder único e vertical dá lugar a uma variedade de poderes diluídos e,

por isso mesmo, menos rastreáveis e mais efetivos. O conceito de dispositivo torna-se especialmente importante. Segundo Deleuze, um dispositivo: é uma espécie de novelo ou meada, um conjunto multilinear. É composto por linhas de natureza diferente e essas linhas do dispositivo não abarcam nem delimitam sistemas homogêneos por sua própria conta (o objeto, o sujeito, a linguagem), mas seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio, e essas linhas tanto se aproximam como se afastam uma das outras.(DELEUZE). Considerando que os dispositivos caracterizam-se pela multiplicidade de linhas em desequilíbrio, "o Uno, o Todo, o Verdadeiro, o objeto, o sujeito não são universais, mas processos singulares, de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação, processos imanentes a um dado dispositivo" (DELEUZE). Poder e sujeito deixam de ser vistos como formas definitivas e singulares e são compreendidos como variáveis relacionadas. Sujeito passa a ser entendido não como uma forma definitiva, já que ele se estabelece dentro dessa pluralidade de linhas, mas sim como uma série de processos. O sujeito é formado, portanto, nas relações entre saber e poder. Sendo a escola uma das instituições tomadas por Foucault como ponto de partida para a análise dos dispositivos disciplinares, o objetivo deste trabalho é verificar como ela está inserida na teia de relações de poder. Partindo do pressuposto de que é na intersecção entre saber e poder que o sujeito é forjado, a escola, local que evidencia as relações entre saber e poder, tem papel de destaque nos processos de sujeição e seleção da normalidade. Sendo a própria normalidade um construto social, a escola exerce o poder de definir o que é considerado normal ou anormal, e é dela que depende a inclusão ou exclusão daqueles que não se encaixam na norma. Embora partamos de uma postura crítica, este trabalho não tem como foco uma tentativa de dar um veredito final no que diz respeito à instituição escolar. Não nos interessa classificar a escola como essencialmente nociva ou positiva, tampouco apresentar uma solução definitiva para os problemas educacionais brasileiros, mas antes pensar nos diversos papéis que a escola assume e identificar até que ponto ela colabora nos processos de exclusão social.

Revisão de Literatura

Orientada pela análise e comparação de textos, a estrutura do presente trabalho divide-se em dois momentos principais. Numa primeira instância, dedicamo-nos a compreeender os conceitos essenciais do pensamento foucaultiano necessários à análise. Posteriormente, observamos como esses conceitos podem ajudar a entender a configuração atual da escola e os problemas de exclusão decorrentes dela. A bibliografia selecionada, além de obras essenciais de Michel Foucalt, também inclui alguns trabalhos feitos pelo pensador em conjunto com Gilles Deleuze, além de outros autores do campo dos estudos foucaultianos que fazem articulações com o campo pedagógico, como Alfredo Veiga-Neto, Margareth Rago, Marisa Eizirik, Sílvio Gallo, Márcia Lise Lunardi, Alexandre Filordi de Carvalho e Carlos Skliar.

Resultados e Discussão

Foucault pensa o poder como algo que não tem donos e não tem soberanos. Ele estabelece que "o que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso" (FOUCAULT apud EIZIRIK, 2002, p. 60). Ou seja: o poder se mantém porque também pesa como uma força produtiva. A sutileza e a complexidade do conceito foucaultiano de poder reside no fato de que, por meio das disciplinas, esse sistema de vigilância, hierarquização, homogeneização e punição faz com que a distribuição desigual do poder pareça natural, produzindo sujeitos dóceis, com uma tendência maior a enxergar as estruturas de poder não como as práticas sociais que são, mas como características inatas.

É clara a presença de todos estes elementos na instituição escolar. Os espaços restritos, a disposição por filas, o controle rigoroso do tempo de maneira a produzir uma 'economia positiva' (máximo de eficiência + máximo de rapidez) evidenciam de maneira inegável o caráter disciplinar da instituição escolar. Estes dispositivos disciplinares não têm como efeito somente o controle dos indivíduos, pois é justamente no seio das relações de poder e dos saberes que o sujeito é forjado. Ou seja, os sujeitos designados enquadrados dentro/fora da norma não são essencialmente dotados dessas classificações, mas sim enquadrados nelas por meio das disciplinas. Essas denominações – normalidade e anormalidade – não são pré-discursivas, naturais, essenciais, mas antes estabelecem seu significado por meio do discurso. Essas estratégias de enquadramento na norma fazem com aquilo que é estabelecido como norma seja não percebido como verdade, mas que seja também a medida que divide certo/errado, valorizado/desvalorizado, normal/anormal. Esse sistema binário faz com que o caráter discursivo dessas classificações seja esquecido e que elas pareçam anteceder a cultura, a política, as subjetividades e as práticas sociais.

Disto decorre que a normalidade tem efeito performativo e se constitui por meio do discurso e na interação. Entendê-la dessa forma significa dizer que ela não é um dado essencial, mas sim uma construção discursiva. Significa dizer que não há uma condição prévia inerentemente normal ou anormal aos indivíduos, que é observada e descrita pelos métodos de classificação e inclusão/exclusão. Essa condição é forjada a partir dos discursos e está relacionada intimamente com o outro. A normalidade, portanto, é um ato performativo que depende do seu outro para existir. O ato de enquadrar alguém como normal - ato que é frequentemente executado pela escola - sempre terá como produto duas concepções de sujeito: um normal e um anormal. Dessa forma, a anormalidade não é a ausência da normalidade, mas antes é justamente a ferramenta que faz com que o normal seja entendido como tal (o reflexo invertido da normalidade).

Para o pensamento pedagógico isso significa dizer que há algo de normativo nos processos de inclusão. Selecionar um aluno diferente como alguém a ser enquadrado na norma significa estabelecer uma norma homogênea e extensiva a todo o corpo estudantil que deve ser reproduzida por todos os sujeitos. Ao mesmo tempo, significa dizer que o aluno fora da normalidade (e aqui enquadram-se tanto os casos de transtornos emocionais/de aprendizagem, como também as condições sociais, grupos étnicos, orientações sexuais e identidades de gênero divergentes) não é visto segundo as suas próprias potencialidades e possibilidades, mas sim

percebido em relação ao que falta para que ele chegue no nível da normalidade. Pensa-se no aluno diferente não como alguém a ser estimulado, mas como alguém a ser normatizado e corrigido.

É essencial também pensar no papel duplo ocupado pelo professor nesses processos: ao mesmo tempo em que ele opera com esses processos de normatização, também é operado por eles. Nisso se evidencia a importância de, desde a formação inicial, pensar no professor como "um agente cultural que está alerta a não ser ele/ela mesmo/a um reprodutor "inocente" e "ingênuo" de fronteiras de exclusão/inclusão" (SKLIAR, 2001, p. 18)

Conclusões

A percepção da docência como um ato de interação social resulta na necessidade de uma formação que considere a existência da alteridade, dos processos de sujeição e das relações de poder, e que forneça as ferramentas necessárias para a reflexão sobre a normalidade. Há uma potencialidade normativa latente nas relações em sala de aula que deve ser repensada, e a formação inicial deve oferecer ao docente em formação as ferramentas necessárias para considerar as relações entre os saberes e os poderes no campo educacional, de modo que o professor, na tentativa de resolver os problemas de exclusão, não acabe por reproduzi-los.

Agradecimentos

Ao CNPQ por ter me fornecido a oportunidade de desenvolver essa pesquisa.
Ao professor doutor Daniel de Oliveira Gomes, cuja orientação foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, pela dedicação, paciência e pelos conhecimentos compartilhados no desenvolvimento do projeto.

Referências

DELEUZE, G. **O que é um dispositivo?** Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2017.
DUSCHATZKY, S.; SKLIAR, C. O nome dos outros: narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Org.). **Habitantes de Babel:** políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
EIZIRIK, M. F. **Michel Foucault:** um pensador do presente. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.
FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
_____. **Os intelectuais e o poder:** conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. Disponível em: . Acesso em 22 abr 2017.
_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
GALLO, S. **Eu, o outro e tantos outros:** educação, alteridade e filosofia da diferença. Disponível em: . Acesso em: 27 mai. 2017.
SKLIAR, C. **Seis perguntas sobre a questão da inclusão** ou de como acabar de uma vez por todas com as velhas – e novas – fronteiras em educação! Disponível em: . Acesso em: 26 mai. 2017.
VEIGA-NETO, A. Incluir para excluir. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Org.). **Habitantes de Babel:** políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.